



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* GESTÃO EM ARQUIVOS**

**AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA
APLICADA A ACERVOS FOTOGRÁFICOS: ESTUDO
DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Raquel Conceição Reis

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA APLICADA A ACERVOS
FOTOGRAFÍCOS: ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE VIÇOSA**

por

Raquel Conceição Reis

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista Gestão em Arquivos

Orientador: professor Dr. Carlos Blaya Perez

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA APLICADA A ACERVOS
FOTOGRAFICOS: ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE VIÇOSA**

elaborada por
Raquel Conceição Reis

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista Gestão em Arquivos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Carlos Blaya Perez, Dr.
(Presidente/Orientador)

Rosani Beatriz Pivetta da Silva, Msc. (UFSM)

Sonia Elisabete Constante, Msc. (UFSM)

Santa Maria, 22 de Outubro de 2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus pela bondade e misericórdia que me sustentam todos os dias.

Ao meu querido Luiz Cláudio pelo amor, companheirismo e compreensão durante as viagens para Cruz Alta. Agradeço pelo incentivo e por não ter deixado que eu desistisse.

Aos meus grandes amigos que tive a honra de compartilhar momentos alegres, dividir quarto de hotel, viajar e estudar. Agradeço muito a Conceição, Marcos, Elizabeth, Kátia, Keity e Tânia. Vocês moram no meu coração.

Não poderia deixar de agradecer o pessoal do Arquivo Central Histórico da UFV. Mônica, Eduardo, Felipe, Sarinha, Vitor, João Marcos e a todos os colaboradores do arquivo. Obrigada pela paciência e pelo material enviado. Com certeza sem a ajuda de vocês esse trabalho não existiria.

Por fim quero agradecer ao professor Blaya pela orientação e paciência com as correções. Obrigada por compartilhar o conhecimento comigo.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos

Universidade Federal de Santa Maria

A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA APLICADA A ACERVOS FOTOGRÁFICOS: ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

AUTORA: Raquel Conceição Reis

ORIENTADOR: Carlos Blaya Perez

Data e Local da Defesa: Santa Maria/RS, 22 de outubro de 2011.

O acervo fotográfico da Universidade Federal de Viçosa (UFV) contém imagens de acontecimentos importantes da trajetória acadêmica e administrativa da instituição. Trata-se de um conjunto de documentos produzidos e acumulados pela Universidade no exercício de suas atividades e funções. O objeto de análise deste trabalho são as fotografias que estão sob custódia do Arquivo Central e Histórico da Universidade. O objetivo da pesquisa foi analisar a relevância da avaliação arquivística aplicada ao acervo fotográfico da UFV. Os objetivos específicos foram: analisar as possibilidades em avaliar o acervo fotográfico da UFV da forma como está organizado atualmente; levantar os obstáculos enfrentados pelos arquivistas ao realizar a avaliação no acervo fotográfico e propor alternativas para organização das fotografias, considerando os procedimentos arquivísticos. Este trabalho identificou dois obstáculos, encontrados atualmente no acervo fotográfico da UFV, que inviabilizam a avaliação documental. São eles: ausência de contexto de produção dos registros fotográficos em relação aos demais documentos do fundo e ausência de tratamento documental norteado pela organicidade. Por meio deste trabalho foi possível contribuir com o trabalho de tratamento documental realizado na UFV.

Palavras-chave: fotografias; UFV; avaliação arquivística; arquivo; acervos fotográficos.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos

Universidade Federal de Santa Maria

A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA APLICADA A ACERVOS FOTOGRÁFICOS (THE ISSUE OF ARCHIVAL ASSESSMENT APPLIED TO PHOTOGRAPHIC COLLECTION: A CASE STUDY IN FEDERAL UNIVERSITY OF VIÇOSA)

AUTHOR: Raquel Conceição Reis

ADVISER: Carlos Blaya Perez

Data e Local da Defesa: Santa Maria/RS, 22 de outubro de 2011.

The photographic collection of Federal University of Viçosa (UFV) contains image of important events of the trajectory of academic and administrative institution. It is a set of documents produced and accumulated by the University in carrying out their activities and functions. The object of analysis of this work are the photographs that are in the custody of Archives an History Center of the University. The objective of this research was to analyze the relevance of evaluation applied to archival photographic collection of UFV. The specific objectives were to examine ways to evaluate the photographic UFV's the way it is organized today; remove obstacles faced by archivists to conduct the evaluation in the photographic and propose alternatives for organizing photos, considering the archival procedures. This work identified two obstacles, currently found in the photographic collection of the UFV, which prevented the assessment document. They are: lack of context of the production of photographic records in relation to other documents of the fund and the absence of treatment guided by organic documentary. Through this study could contribute to the work of the documentary made at UFV.

Keywords: photographs; UFV; Archival assessment, Archivistics, photographic collections.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIA 1- CURSO DE PIANO	30
FOTOGRAFIA 2 - CERIMÔNIA DE COLAÇÃO DE GRAU	31
FOTOGRAFIA 3 - EXPOSIÇÃO DE MILHO	31
FOTOGRAFIA 4 -CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO NO CAMPUS DA UFV	33
FOTOGRAFIA 5 - LABORATÓRIO DE BOTÂNICA AGRÍCOLA	40
FOTOGRAFIA 6 - LABORATÓRIO DE BACTERIOLOGIA E PARASITOLOGIA.....	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 APRESENTAÇÃO DO AMBIENTE ESTUDADO	10
3 JUSTIFICATIVA	13
4 REVISÃO DE LITERATURA	14
4.1 Documento de arquivo	14
4.2 Fotografia enquanto documento de arquivo.....	17
4.3 A relevância da avaliação arquivística aplicada a fotografias	19
5 METODOLOGIA.....	27
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	28
6.1 Ausência de contextualização.....	29
6.2 Ausência de tratamento documental fundamentado na organicidade.....	33
7 PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA O ACERVO DA UFV ...	37
7.1 diagnóstico.....	37
7.2 classificação.....	38
7.3 condições de armazenamento e estado de conservação das fotografias.....	39
7.4 Formação da comissão permanente de avaliação documental	41
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE A.....	49

1 INTRODUÇÃO

A fotografia - documento imagético que transmite informação registrada em suporte papel (fotografia analógica) ou em meio digital (fotografia digital) - registra um momento, um instante do passado bem recente de nossas vidas, constituindo a construção da história, da cultura, da educação de uma sociedade. Segundo Kossoy (2009)

Com a Revolução Industrial verifica-se um enorme desenvolvimento das ciências: surge naquele processo de transformação econômica, social e cultural uma série de invenções que viriam influenciar decisivamente nos rumos da história moderna. A fotografia, uma das invenções que ocorre naquele contexto, teria papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio a pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística. (KOSSOY, 2009, p.25)

A fotografia como documento está presente em nossas ações e é uma importante peça para complementar e reconhecer o que está escrito. É uma das fontes mais ricas em detalhes e informação. Elas são capazes de espelhar aspectos do momento e lugar onde foram produzidas. Atualmente, só aparecem em menor número do que os documentos textuais, que são os registros mais encontrados nos arquivos.

A imagem nos dias atuais ganhou grande destaque, em especial com o advento da Internet e a difusão da comunicação global, segundo Rodrigues (2007) em virtude da *hipermídiação*, que consiste na combinação da informação em suas múltiplas dimensões: texto, imagem e áudio.

A discussão sobre organização de documentos fotográficos é importante e atual, uma vez que esses documentos possuem peculiaridades, como a conservação e fragilidade do suporte, no que diz respeito ao cumprimento de metodologias arquivísticas.

Lacerda (2008, p.15) afirma que na maioria dos arquivos

Predomina a regra metodológica de separar os documentos iconográficos do restante do acervo do qual fazem parte, para fins de tratamento técnico

específico. Esta regra, que tem justificativa do ponto de vista da aplicação de procedimentos de conservação diferenciados, estende-se à própria organização do material iconográfico, que recebe arranjo e descrição independentes dos aplicados ao restante do fundo, ocasionando uma perda dos significados daquelas imagens no contexto de produção arquivística do conjunto. (LACERDA, 2008, p. 15)

Juntamente com os documentos textuais, que predominam nas organizações, existe grande quantidade de fotografias - por muito tempo foram consideradas como documentos “especiais” – que foram separadas fisicamente dos demais documentos, o que é considerado necessário, mas que conforme Sousa (2007, p. 113) “não pode ser justificativa para uma separação intelectual”. Esse é um dos motivos que deixam as fotografias de lado no momento da avaliação documental.

O objetivo deste trabalho foi analisar a relevância da avaliação arquivística no acervo fotográfico da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Os objetivos específicos foram: analisar as possibilidades em avaliar o acervo fotográfico da UFV da forma como está organizado atualmente; levantar os obstáculos enfrentados pelos arquivistas ao realizar a avaliação no acervo fotográfico e propor alternativas para organização das fotografias, considerando os procedimentos arquivísticos.

O problema encontrado no trabalho é a dificuldade em aplicar a avaliação arquivística no acervo fotográfico da UFV devido a ausência de contextualização desses registros em relação aos documentos textuais do fundo e ausência de um tratamento documental fundamentado pela organicidade.

2 APRESENTAÇÃO DO AMBIENTE PESQUISADO

A Universidade Federal de Viçosa originou-se na Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), criada em 1922 pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Para que ESAV existisse, em primeiro lugar a vontade política se manifestou. Foi o então presidente de Minas Gerais, Arthur Bernardes quem criou em Viçosa uma escola de Agricultura. Com o desejo de fomentar a agricultura mineira, elemento básico da economia do país, de dotar sua terra natal de um investimento estatal de grande vulto que pudesse dinamizar e projetar Viçosa no cenário estadual e nacional, e de ser precursor do progresso, trazendo a ciência e a técnica a uma sociedade acostumada ao empirismo, além de outros, acenderam a fagulha da determinação de Bernardes em fundar uma escola agrícola na década de 20.

Mas Bernardes não queria uma escola qualquer. Tinha em mente transplantar para a realidade de Minas Gerais um modelo de escola inspirado nos “Land Grant College”, dos Estados Unidos - país que ascendia em projeção no início do século XX –, era pautado por três linhas - o Ensino, a Pesquisa e a Extensão - e seria uma exceção ao academicismo predominante, nas relativamente poucas instituições brasileiras de ensino superior da época.

A ESAV é inaugurada em 1926, e em 1927 iniciaram-se as atividades didáticas, com a instalação dos cursos fundamental e médio de agricultura. Em 1928, o mesmo se deu com o curso superior de agricultura, e, quatro anos mais tarde, foi instalado o curso superior de veterinária. Em 1948, o governo do estado, para atender o desenvolvimento da Escola, transformou-a em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, composta da Escola Superior de Agricultura, da Escola Superior de Veterinária, da Escola Superior de Ciências Domésticas, da Escola de Especialização (Pós-Graduação), do Serviço de Experimentação e Pesquisa e do Serviço de Extensão. Em 1964, foi acrescida da Escola Superior de Florestas.

Graças à sólida base e ao bem estruturado desenvolvimento, a Universidade adquiriu renome em todo o país, o que motivou o Governo Federal a federalizá-la, em 1969, com o nome de Universidade Federal de Viçosa.

Com todos esses anos de existência a UFV produziu uma quantidade considerável de documentos textuais, fotografias e outros tipos que atualmente estão sob custódia do Arquivo Central e Histórico, sediado na Vila Gianetti – local que foi destinado, num primeiro momento da instituição, como residência de professores que vinham de outras cidades e até mesmo de outros países para trabalhar na Universidade.

Com o passar do tempo essas residências foram desativadas e transformadas em unidades administrativas da UFV. Atualmente funcionam laboratórios, museus, salas de aula, o arquivo, entre outros. O Arquivo Central e Histórico é criado em 1985 e, no momento, está vinculado ao Departamento de História da Universidade.

Esse acervo possui uma dupla característica: é permanente, com documentos considerados históricos e, intermediário, com documentos “ativos”, que ainda são procurados devido a atividades administrativas da instituição. Encontram-se sob sua custódia, documentos dos três períodos constitutivos de sua organização: Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), de 1926 até 1948; o período correspondente à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), de 1948 até 1969 e a Universidade Federal de Viçosa (UFV), de 1969 aos dias atuais.

A partir de 1980, muitas foram as iniciativas para a recuperação do acervo, no entanto, a falta de recursos, associada ao descaso com a documentação pela própria administração ao longo da história da Universidade, tem levado pesquisadores, professores e alunos a realizar esforços individuais na busca pela recuperação do acervo.

No ano de 2010 a equipe responsável pela organização do acervo resolveu escrever e enviar um projeto a Pró-Reitoria de extensão e cultura da Universidade que tem como título: Resgatando a memória – O acervo fotográfico do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa. O projeto tem como objetivo geral recuperar a informação com o auxílio da metodologia arquivística e, posteriormente disseminá-la por meio dos instrumentos de pesquisa, possibilitando assim o acesso da comunidade acadêmica.

Essa também é uma tentativa de estreitamento de relações do Arquivo com os usuários da informação a partir da memória observada nas fotografias. Esse projeto é também base para realização desta monografia.

No acervo existem aproximadamente seis mil unidades fotográficas que podem servir ao conhecimento não só da história institucional, bem como de histórias pessoais ou biográficas e até mesmo o cotidiano das relações que se fizeram presentes em todos os anos de existência da instituição. A maioria dos registros é proveniente da Imprensa Universitária e da Divisão de assuntos comunitários (DAC). Vale destacar que o Arquivo foi por muitos anos subordinado a DAC, e pode ser esse o motivo de tantas imagens que mantêm relação com a arte e cultura.

Um dos resultados do projeto resgatando a memória é a difusão cultural que está acontecendo no arquivo. Atualmente as fotografias estão em exposição em um shopping da cidade de Viçosa e está programada a difusão cultural no Arquivo Central e Histórico. Esses eventos fazem parte do projeto da política de extensão e cultura da Universidade e tem como objetivo a divulgação e promoção do Arquivo e disseminação das imagens por meio de metodologias arquivísticas. O objetivo é contar a trajetória da UFV em fotografias e também divulgar as ações do Arquivo, já que, poucas pessoas sabem o que ele oferece e muitas nem sabem ao menos que ele existe.

3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho surgiu de uma indagação em relação ao processo de avaliação arquivística. Se essa função poderia ser aplicada aos documentos fotográficos do acervo pesquisado e, sobretudo, quais os aspectos apresentados pela documentação que dificultavam ou até mesmo poderiam impedir que o processo de avaliação fosse conduzido de forma segura.

O desenvolvimento deste trabalho justifica-se na necessidade de discutir a aplicabilidade da avaliação arquivística ao acervo fotográfico da UFV, considerando que esses registros possuem valor arquivístico – do mesmo modo como os documentos textuais tradicionais, que compõe o conjunto documental da instituição – logo, devem também sofrer intervenção arquivística por meio da avaliação documental.

Na bibliografia sobre arquivos fotográficos, de modo geral, poucos trabalhos se detêm sobre a natureza e constituição desses registros. A maioria gira em torno de regras e métodos de tratamento técnico, ou sobre a conservação e preservação desses documentos. Trabalhos, como esta monografia, se propõem a contribuir para o aumento das discussões nessa área.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 Documento de arquivo

A palavra arquivo é polissêmica, e possui várias significações, quase todas, legítimas. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 27) traz quatro definições para arquivo

Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte; instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos; instalações onde funcionam arquivos e móvel destinado à guarda de documentos. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 27)

Sousa (2007) também menciona sobre o conceito de arquivo

“Atualmente, o conceito de arquivo, difundido nos manuais arquivísticos elaborados em todo mundo e nos textos legais de vários países, aparece vinculado à noção de cidadania, ao direito à informação, ao apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e, ainda como elemento de prova. É o caso brasileiro, por exemplo, em sua “Lei dos Arquivos”, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991”. (SOUSA, 2007, p. 100)

Sobre o conceito de documento arquivístico, Lopez (2003) destaca que

A definição de documento arquivístico também parte da síntese entre informação e suporte, porém contextualizando esse binômio, isto é, captando na gênese administrativa do documento seus vínculos diretos com os processos e as funções responsáveis por sua existência. (LOPEZ, 2003, p. 73)

Ao longo das épocas e dos regimes, os documentos serviram para o exercício do poder, para o reconhecimento dos direitos, para o registro da memória e para a

sua utilização futura. Segundo Rousseau e Couture (1998) a criação dos documentos constituiu uma necessidade para o exercício do poder.

“O documento de arquivo não é resultado de um ato voluntário ou criativo, mas o produto da atividade natural de uma instituição, criado para seu auxílio e destinado a deixar testemunho de sua gestão”. (SOUSA, 2007, p.14). Portanto, a informação contida no documento de arquivo é resultado da atividade que o produziu.

O documento de arquivo constitui um item de acumulação compulsória, ou seja, é produzido como tal de modo natural ou involuntário por uma dada instituição ou pessoa como uma contrapartida material ou uma prova da realização de uma ação. A relação aí estabelecida entre documento e atividade, definida como relação de organicidade, é o que permite caracterizar tais acervos como de tipo arquivístico.

Para Sousa (2007, p. 105) “o desenvolvimento do conceito de arquivo, que é tributário do princípio de respeito aos fundos, tem uma característica marcante: ele é resultado do acúmulo sucessível de conhecimentos, em que alguns elementos foram sendo agregados durante a sua trajetória”. Tanto de um ponto de vista teórico como de um ponto de vista prático, a aplicação do princípio da proveniência é o único meio de garantir, por um lado, a integridade administrativa dos arquivos de uma unidade, e, por outro, o pleno valor de testemunho dos documentos de um fundo de arquivo.

Lopez (2000) destaca que

A aplicação desse princípio, juntamente com o seu resultado, que é o fundo de arquivo, leva o arquivista a considerar grandes conjuntos de documentos em vez de documentos individuais. Esse procedimento é essencial para a organização dos documentos, pois, permite evitar a interpretação e qualquer subjetividade que lhe possa estar associada, visto que um documento tem apenas uma única proveniência. (LOPEZ, 2000, p. 84)

O documento de arquivo, no contexto institucional, tem suas fronteiras demarcadas pela missão da organização. Diante disso é notável a ligação estreita que existe entre os arquivos e as instituições. Sousa (2007, p.133) faz uma ligação entre documento de arquivo e a missão institucional, “é a missão da organização que vai permitir o aparecimento dos documentos de arquivo, mas é o desenvolvimento dessa finalidade maior que vai determinar a existência de funções, atividades e tarefas administrativas, que tem como produto e subproduto o documento arquivístico”.

A história institucional do criador dos arquivos precisa ser pesquisada e, sobretudo analisada sob a perspectiva da arquivística, para que haja intervenção com pressupostos científicos aos arquivos e fluxo informacional de uma instituição.

Rousseau e Couture (1998, p.65) defendem que “a produção de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos do organismo. Sob esta designação são agrupados todos os documentos, seja qual for o seu suporte e idade, produzidos e recebidos pelo organismo no exercício das suas funções”. Para os autores supracitados, a história dos arquivos está intimamente ligada a história do suporte da informação administrativa.

Este suporte é importante, na medida em que se deve à sua durabilidade ou à sua fragilidade o fato de se ter ou não conservado o testemunho e de se poderem consultar os vestígios do passado. Entre os principais suportes utilizados, encontram-se a placa de argila, o papiro, o couro, o papel e, mais recentemente, os diferentes suportes eletrônicos. (COUTURE e ROSSEAU, 1998, p. 38)

A acumulação dos documentos orgânicos de caráter arquivístico dá origem aos arquivos da organização. Essa relação de organicidade é que determina o documento arquivístico. Segundo Sousa (2007, p. 113) “a organicidade dos documentos é revelada pelo inter-relacionamento e pelo contexto de existência e de criação”. Sousa (2007, p. 113) ainda explica que “no ambiente organizacional nem sempre é fácil distinguir o documento orgânico arquivístico daquele não orgânico. Principalmente pela falta de clareza dos funcionários e pela prática de mantê-los juntos”.

Lopez (2000) alerta para o fato de que

Os documentos imagéticos de arquivo seja por sua estética visual, seus suportes, ou por algum outro fator, tem provocado a organização individualizada de unidades documentais, ou na melhor das hipóteses a formação de coleções dissociadas de seu organismo produtor, reduzindo as possibilidades de uma compreensão global de seu significado. Tal tendência constitui nos arquivos um autêntico desvio de finalidades dessas instituições, que devem buscar referenciar conjuntos documentais a fim de informar as atividades desenvolvidas pelos produtores dos documentos. (LOPEZ, 2000, p. 16)

4. 2 Fotografia enquanto documento de arquivo

Segundo Kossoy (2009) a imagem do real retida pela fotografia (quando preservada ou reproduzida) fornece o testemunho visual e material dos fatos aos espectadores ausentes da cena. A fotografia é, pois, um duplo testemunho: por aquilo que ela mostra da cena passada e, por aquilo que informa do seu autor. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação.

A história da fotografia pressupõe análises iconográficas e iconológicas, ou seja, o pesquisador deve fazer uma descrição técnica do material com todas as suas minúcias, para então, realizar um estudo dos traços simbólicos apresentados na imagem. A imagem seja fixa ou em movimento é tanto uma fonte histórica quanto um documento escrito ou um artefato. A crítica profunda da noção de documento começou a ser elaborada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores da revista *Annales d'histoire économique et sociale*. Pioneiros de uma nova história os fundadores da Escola dos Annales insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento. Criticaram a historiografia positivista centrada na noção do fato histórico, no qual o documento era sempre uma prova e afirmava-se essencialmente como um documento escrito. A nova história, insistiam, deveria levar em conta o estudo das conjunturas, das estruturas e também o caráter multiforme da documentação histórica.

Foi com a terceira geração dos *Annales* que a iconografia foi incorporada com mais ênfase nos estudos históricos. A escolha de temas de ordem cultural acabou por “forçar” a inserção dos historiadores nas análises de fontes não tão tradicionais como imagens, esculturas, partituras e outros materiais, que até então não eram considerados pelos historiadores, dada a ênfase aos eventos políticos que eram buscados nos documentos oficiais. Kossoy (2009), afirma que sempre existiu um certo preconceito quanto a utilização da fotografia como fonte histórica ou instrumento de pesquisa. O autor aponta algumas razões que poderiam esclarecer o mencionado preconceito.

“A primeira razão é de ordem cultural: apesar de sermos personagens de uma “civilização da imagem” – e neste sentido alvos voluntários e involuntários do bombardeio contínuo de informações visuais de diferentes categorias emitidas pelos meios de comunicação -, existe um aprisionamento multissecular a tradição escrita como forma de transmissão

do saber”. ... “A segunda razão decorre da anterior e diz respeito à expressão. A informação registrada visualmente configura-se num sério obstáculo tanto para o pesquisador que trabalha no museu ou arquivo como ao pesquisador usuário que frequenta essas instituições. O problema reside justamente na sua resistência em aceitar, analisar e interpretar a informação quando esta não é transmitida segundo um sistema codificado de signos em conformidade com os cânones tradicionais da comunicação escrita”. (KOSSOY, 2009, p. 30)

O tema fotografia enquanto documento já foi abordado por alguns pesquisadores, assim

É necessário observar que a fotografia, por sua própria natureza e especificidade, representa um tipo de documento de valor permanente, cabendo a coletividade sua preservação para o futuro. No entanto, sua proliferação nos dias atuais impõe uma política de avaliação que priorize a preservação das mais significativas, já que as instituições produtoras e detentoras de fotografias enfrentam problemas de recursos, notadamente de espaço. A definição de critérios mínimos de avaliação e seleção deve ser feita com o objetivo de se evitar que o descarte aleatório seja utilizado diante de uma situação crítica de falta de espaço e de inviabilidade de tratamento, que, inevitavelmente, acarreta procedimentos precipitados e inconvenientes. Por outro lado, se o descarte periódico evita o congestionamento de espaço, ele pode se processar de forma intuitiva e subjetiva. O que se deseja, exatamente, é reduzir os riscos provocados por práticas inadequadas através de estabelecimento de algumas normas mínimas. (LOBO, 1986, pág. 35)

Os documentos textuais estão presentes nos arquivos desde os primeiros conjuntos documentais, ainda na antiguidade. Para Lacerda (2008) “as fotografias e filmes, são registros produzidos e acumulados nas eras modernas e contemporâneas presentes na segunda metade do século XIX”. Ainda conforme a autora, essas formas de registro de ação e de informação são portadoras de “materialidade” e de “recursos de expressão” distintos daqueles que caracterizaram os diferentes registros presentes na massa documental acumulada ao longo dos séculos. Existe uma dificuldade em aplicar a esses registros a metodologia arquivística, em função da realidade encontrada por muito tempo nos arquivos.

No tocante a fotografia como documento de arquivo, o desenvolvimento da fase de contextualização, caracterizada como uma parte da identificação se torna ainda mais necessária, pois a compreensão da fotografia está indiscutivelmente ligada à sua gênese. É o contexto de produção que permitirá a compreensão da informação contida no documento de arquivo.

Lopez (2000) chama atenção para a questão da descontextualização dos documentos imagéticos em relação aos demais documentos do fundo.

O documento de arquivo deve ser considerado dentro de seu contexto de produção – enquanto resultado de uma ação administrativa – marcado por esta atividade e preservado como prova desta. O contexto de produção liga-se às condições institucionais sob as quais o documento foi produzido; para tanto é preciso indicar: quem o criou, onde e quando isso se deu, por quem foi produzido (em resposta a quais demandas) e, por fim, como ocorreu esse processo. A compreensão deste contexto é fundamental para que se possa perceber os motivos responsáveis pelo arquivamento; isto é, o que o documento pretende provar. (LOPEZ, 2000, p. 82)

A aplicação do contexto de produção é importante na metodologia de trabalho nos arquivos.

O contexto de produção arquivística, atualmente uma noção importante para a teoria e metodologia dos arquivos, diz respeito ao conjunto de informações sobre a gênese do documento na sua relação com a função pela qual foi formulado e produzido. Para a Arquivística contemporânea, é o contexto de produção, e não mais os temas ou assuntos, o principal alvo a ser atingido pela organização, o único capaz de aproximar a documentação de seus sentidos mais originais. (GOULART, CAMARGO, 2007 apud LOPES, 2009, p. 126)

A imagem fotográfica informa e comunica como qualquer outro documento, mas tem de ser contextualizada e utilizada com um objetivo para que possa oferecer o máximo de suas informações. Segundo Lacerda (2008)

Nos arquivos, as fotografias são freqüentemente consideradas como imagem de “alguma coisa”, apenas referências a eventos externos ao domínio dos arquivos. Na maioria dos casos, o único vínculo que liga as fotografias ao conjunto é o da proveniência, que funciona como um rótulo de identificação de pertencimento a um conjunto maior, e não como uma evidência das razões pelas quais os documentos foram reunidos. (LACERDA, 2008, p. 80)

4.3 A relevância da Avaliação Arquivística aplicada a fotografias

Este trabalho utiliza o conceito de Avaliação definido por Santos (2007)

Feita a partir de critérios preestabelecidos, definição dos prazos de guarda e destinação, da documentação arquivística de uma dada instituição; a avaliação demanda conhecimento do funcionamento da instituição, sua estrutura administrativa, sua missão, objetivos e atividades geradoras de documentos; contempla a participação do arquivista nas ações da

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, na elaboração e aplicação da tabela de temporalidade, bem como os editais e listas de descarte e eliminação de documentos arquivísticos e a sujeição desses instrumentos à instituição arquivística na esfera de competência, no caso de órgãos governamentais; também abrange a atividade de fiscalização visando evitar a eliminação não autorizada de documentos arquivísticos; no âmbito da destinação orientada pela avaliação abrange a prática de microfilmagem e de digitalização de documentos; nesta função também se inserem estudos para a definição de critérios de seleção de amostragem para séries documentais elimináveis. (SANTOS, 2007, p. 179)

Outra definição de avaliação é defendida por Jardim (1996),

A literatura e a prática arquivísticas destacam, sobretudo a partir dos anos 50, importância da avaliação e seleção de documentos. A quantidade e a variedade de suportes e formatos documentais, de um lado, e a escassez de recursos arquivísticos, de outro, implicam que os documentos produzidos e acumulados por uma organização devam inevitavelmente passar por um processo de avaliação. Esta avaliação teria objetivos aparentemente muito simples: identificar o valor dos documentos de maneira a estabelecer prazos de retenção nas fases corrente e intermediária, definindo assim as possibilidades de eliminação, microfilmagem e recolhimento aos arquivos permanentes. Seus elementos teóricos e metodológicos fundamentais são partilhados pela comunidade profissional arquivística no plano internacional. (JARDIM, 1996, p.6)

A função arquivística avaliação documental é uma das etapas da Gestão Documental. Segundo o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (2005) “gestão de documentos é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento”. (Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, 2005, p. 100)

Indolfo (1993) define a gestão de documentos como

Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes às atividades de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. A gestão de documentos é operacionalizada através do planejamento, da organização, do controle, da coordenação dos recursos humanos, do espaço físico e dos equipamentos, com o objetivo de aperfeiçoar e simplificar o ciclo documental. (INDOLFO, 1993, p. 14)

Segundo Rodrigues (2007, p.2) “O conceito de gestão de documentos foi formulado após o advento da Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu uma

explosão documental no âmbito das administrações públicas e a conseqüente necessidade de racionalizar e controlar o volume de grandes massas documentais que passaram a serem acumuladas em depósitos de arquivos”.

Neste período, as instituições arquivísticas se destacavam pela função de órgãos de apoio à pesquisa, mantendo sob sua custódia, apenas documentos com valor histórico. Os problemas decorrentes dos documentos administrativos eram vistos como de responsabilidade exclusiva dos órgãos produtores, os quais deles se utilizavam (JARDIM, 1987).

O reflexo destas mudanças ocorridas, primeiramente nos Estados Unidos e Canadá, se fez sentir na arquivística pelo enunciado de uma nova concepção de arquivo, fundamentada na Teoria das Três Idades, princípio pelo qual os documentos passam por fases estabelecidas de acordo com sua vigência administrativa e freqüência de consulta: idade corrente, intermediária e permanente ou histórica. A adoção desta teoria revolucionou o uso dos arquivos e a própria Arquivística, ocorrendo transformações de ordem conceitual e prática. Lopes (2009, p. 269) afirma que “dividir o arquivo em três – correntes, intermediários e permanentes – foi uma inovação norte – americana do pós-guerra que, nos anos sessenta e oitenta, foi assimilada em alguns países da Europa Ocidental”.

Avaliação documental está baseada na teoria das três idades, segundo Indolfo (2007, p.43) “a aplicação dos critérios de avaliação efetiva-se nos arquivos correntes, a fim de se distinguirem os documentos de valor eventual daqueles de valor probatório e/ou informativo”.

O arquivo corrente é constituído de documentos em curso ou freqüentemente consultados e de uso exclusivo da fonte geradora. Segundo o dicionário brasileiro de terminologia arquivística (2005, p. 29) “arquivo corrente é o conjunto de documentos, em tramitação ou não, que pelo seu valor primário, é objeto de consultas freqüentes pela entidade que o produziu, a quem compete sua administração”.

Os arquivos intermediários são responsáveis pela guarda física dos documentos de uso pouco freqüente, atendendo às consultas feitas pelos órgãos depositantes. Segundo Bellotto (2006)

É nessa fase que os documentos são submetidos às tabelas de temporalidade, que determinam seus prazos de vigência e de vida, segundo as respectivas tipologia e função. Redigidas pelas comissões de avaliação, nas quais os arquivistas contam com assessoria de administradores, juristas, tais tabelas baseiam-se na legislação em geral, nas normas

internas do órgão e, sobretudo, na própria finalidade dos documentos em questão. (BELLOTTO, 2006, p.24)

Arquivos permanentes são os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados. Segundo Paes (1998, p.53) o arquivo permanente é “onde são guardados os documentos que perderam todo valor de natureza administrativa, que se conservam em razão de seu valor histórico ou documental e que constituem os meios de conhecer o passado e sua evolução”. Ainda conforme a supracitada autora O “arquivo permanente, sendo o resultado da reunião dos arquivos correntes, recebe a documentação originária de diferentes setores e cresce em grande proporção. Sua administração é, portanto, bem mais complexa que a dos arquivos corrente e intermediário”. (PAES, 1998, p. 55-56).

A avaliação é um procedimento de determinação de valor. Dois conceitos norteiam o processo de avaliação: valor primário e secundário dos documentos. Segundo Jardim (1996, p.6), “detectar o valor primário de um documento dentro da instituição é, como tal, identificar seu potencial uso no âmbito do processo decisório, considerando suas dimensões gerenciais”. Em relação ao valor secundário dos documentos, Indolfo (2007) afirma

O valor secundário refere-se ao uso dos documentos para outros fins que não aqueles para os quais os documentos foram, inicialmente, criados, passando a ser considerado fonte de pesquisa e informação para terceiros e para a própria administração, pois contém informações essenciais sobre matérias com as quais a organização lida para fins de estudo. (INDOLFO, 2007, p. 45)

Indolfo (1993, p. 19) cita alguns pré-requisitos necessários para realizar a avaliação documental,

Apoio da administração superior a que esteja subordinado o arquivo; conhecimento da estrutura e do funcionamento do órgão, considerando inclusive, sua evolução histórica; reunião de dados relativos à quantificação, frequência de uso e taxa de crescimento dos documentos; análise das condições de armazenamento, estado de conservação e custo de manutenção dos depósitos de arquivo. (INDOLFO, 1993, p. 20)

Embora a gestão de documentos esteja relacionada de maneira priorizada aos documentos das fases corrente e intermediária, a atividade de avaliação fornece parâmetros concretos na delimitação das fases documentais e, conseqüentemente, explicita aqueles que merecem tratamento diferenciado em relação à sua conservação. Silva explica por que a preservação é uma atividade importante nas tarefas arquivísticas,

O pressuposto de que a preservação é componente indissociável do fazer e do pensar arquivísticos deriva da idéia de que somente é possível classificar, avaliar, organizar, descrever, recuperar, disseminar e dar acesso à informação arquivística que esteja registrada e preservada em algum suporte material. (SILVA, 2008, p. 76)

Ainda sobre a avaliação documental, Indolfo (2007) defende um relacionamento entre avaliação e classificação.

Torna-se fundamental para o processo de avaliação que os documentos tenham sido classificados, pois só a classificação permite a compreensão do conteúdo dos documentos de arquivo dentro do processo integral de produção, uso e acesso à informação arquivística, mantendo os vínculos orgânicos específicos que possui com a entidade geradora. (INDOLFO, 2007, p. 43)

Apesar de ser uma atividade vital para o ciclo documental, é preciso seriedade e critérios na aplicação da avaliação arquivística, esta não deve ter caráter imediatista, ou seja, eliminar a fim de conseguir mais espaço no arquivo. Bernardes (1998) explica alguns procedimentos necessários à formalização do processo de avaliação

É preciso a constituição formal da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, que garanta legitimidade e autoridade à equipe responsável; a elaboração de textos legais ou normativos que definam normas e procedimentos para o trabalho de avaliação; o estudo da estrutura administrativa do órgão e análise das competências, funções e atividades de cada uma de suas unidades; o levantamento da produção documental; a análise do fluxo documental: origem, pontos de tramitação e encerramento do trâmite; a identificação dos valores dos documentos de acordo com sua idade: administrativo, legal, fiscal, técnico, histórico e a definição dos prazos de guarda em cada local de arquivamento. De acordo com a legislação em vigor, nenhum documento público poderá ser eliminado se não tiver sido submetido à avaliação e se não constar da Tabela de Temporalidade do órgão, devidamente aprovada por autoridade competente e oficializada. (BERNARDES, 1998, p. 17)

Lopes (1993) defende que

“o tratamento técnico de arquivos é uma atividade intelectual como qualquer outra. É preciso que existam profissionais treinados para fazer a avaliação sistemática dos acervos, aplicando a teoria das três idades, determinando o que tem valor permanente, intermediário ou corrente, definindo prazos de guarda, metodologias de trabalho”. (LOPES, 1993, p. 42)

Schellenberg (2005, p.227) adverte que “a avaliação de documentos não deve se basear em intuição ou suposições arbitrárias de valor. Deve ser, ao contrário, baseada na análise total da documentação relativa ao assunto a que se referem os documentos em questão. A análise é a essência da avaliação arquivística.” Com a Arquivística integrada trata-se de considerar as informações arquivísticas de forma global, através da integração dos procedimentos de classificação, avaliação e descrição, onde a classificação é vista como base para os demais procedimentos.

Cabe a Arquivologia o desenvolvimento de estudos que definam os critérios que permitam a preservação dos documentos. Os parâmetros para avaliação de documentos textuais já estão estabelecidos, o mesmo não ocorre com os documentos imagéticos, como as fotografias. A definição desses critérios deve ser feita com o objetivo de se evitar que o descarte aleatório seja utilizado por motivos como falta de espaço nas instituições ou inviabilidade de tratamento do acervo fotográfico.

O desejável é reduzir os riscos provocados pelas práticas inadequadas de tratamento do acervo. A ausência de critérios básicos dá margem a práticas arbitrárias, especificamente em relação à avaliação e seleção de documentos.

A avaliação arquivística deve respeitar os seguintes princípios fundamentais: a avaliação é um processo ativo, sistemático e planejado; os documentos são avaliados diretamente pelo arquivista, após investigação exaustiva baseada em critérios predefinidos; avaliando os documentos, o arquivista é levado a estudar o universo estrutural no qual estes foram criados; a avaliação é procedimento de determinação de valor. Não deve ser confundida com a aquisição, por exemplo; sem teoria ou conceitos articulados que definem o valor dos documentos, nenhuma estratégia ou metodologia de avaliação será uniforme, uma vez que ela é posta em aplicação; é importante distinguir a teoria de avaliação das outras teorias arquivísticas; a avaliação é inevitavelmente um processo subjetivo, e os "valores" se modificarão com o tempo, o lugar e a cultura. O desafio para o arquivista é assinalar o passado, de modo que o futuro o saiba; em decorrência da complexidade da avaliação arquivística e de sua subjetividade, o arquivista deve ser capaz de justificar, documentar e defender as suas decisões em matéria de determinação dos valores dos

documentos com a máxima transparência. (COOK, 2002 apud MAKHLOUF e CAVALCANTE, 2008, p. 4)

Lobo (1982, p.36) argumenta que “o descarte é um processo irreversível e, por isso mesmo, deve ser operacionalizado de forma a minimizar seus resultados nocivos”. Sousa (2003, p.260) afirma que “as eliminações são resultado do descaso e das condições de armazenamento e de acondicionamento. A avaliação, no Brasil, é feita comumente quando os documentos são recolhidos aos arquivos permanentes”.

Ao avaliar os documentos, o arquivista é levado a estudar o universo estrutural no qual estes foram criados. Indolfo (2007) afirma que

“Saber quais documentos são produzidos, por que são produzidos, como e por quanto tempo são necessários e quem usa essa informação, entre outros questionamentos, carece de amplo e profundo levantamento por parte de seus produtores, exigindo não só o conhecimento da estrutura organizacional como dos regimentos, das funções e atribuições legais. (INDOLFO, 2007, p. 58)

A avaliação documental é uma função de extrema importância no processo arquivístico. As instituições trabalham com fotografia e as preservam, mas não possuem técnicas claras de guarda e organicidade dessa produção. Rousseau e Couture (1998) defendem que

Entre os documentos figurados, as fotografias constituem com certeza o maior volume e o mais abundantemente utilizado. Se é verdade que uma das primeiras tarefas do arquivista em matéria de arquivos fotográficos foi a de salvaguardar maior número possível desses documentos durante muito tempo menosprezados, o mesmo não acontece atualmente. Como qualquer outro suporte informático, as fotografias devem efetivamente ser objeto de uma avaliação e de uma seleção. Trata-se, sem dúvida, da tarefa mais difícil e delicada, sobretudo, quando se trata de documentos fotográficos”. (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 232)

Rodrigues (2007) propõe, com base no senso comum, seis elementos para análise e tematização da imagem fotográfica, são eles: 1. descrição física (formato e tamanho da imagem fotográfica, tipo de suporte, autor, transformações ocorridas a partir do original etc.); 2. composição (objetiva e filtros utilizados, abertura e tempo de exposição, tipo de luz, nível de nitidez dos assuntos, ponto de vista do fotógrafo, profundidade de campo e hierarquia das figuras, enquadramento etc.); 3. contexto arquivístico da foto (relação da mesma com determinado fato ou documento); 4.

conteúdo da foto ou assunto – *sentido denotativo* da foto (descrição do que a foto contém); 5. *sentidos conotativos* da foto (descrição dos *sentidos conotativos concretos* e *abstratos* que a foto pode conter). 6. tematização (enquadrar os *sentidos conotativos* nos temas que lhes forem adequados). Para o autor essas seis etapas são de grande importância num sistema de análise e recuperação de imagens fotográficas, em particular a etapa seis, que permite o direcionamento de um assunto ao sentido ou tema desejado pelo pesquisador.

Lacerda (2008), em sua tese de doutorado, aborda a questão de que os arquivos constituem um dos campos de atividades nos quais as fotografias se encontram de forma sistemática, porém esse fator não tem contribuído para o desenvolvimento de estudos mais profundos sobre o tema.

Embora presentes na maioria nos arquivos públicos e privados, institucionais e pessoais, e submetidas a tratamento de identificação, arranjo/classificação e descrição nesses espaços, vimos que as fotografias tem sido, no entanto, pouco problematizadas no que diz respeito às relações entre suas características de registro visual e os atributos exigidos para a aferição de seu valor documental. (LACERDA, 2008, p. 76)

5 METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa bibliográfica, que envolveu o levantamento de fontes de informação primárias e secundárias. Essa base teórica serviu como apoio para o desenvolvimento deste trabalho. Como autores principais foram utilizados Sousa (2007), Lopez (2003) e Rousseau e Couture (1998) para a compreensão do conceito de documento de arquivo. Kossoy (2009), Lacerda (2008) e Lobo (1986) foram mencionados para tratar a questão da fotografia enquanto documento de arquivo.

Para tratar sobre a relevância da Avaliação Arquivística aplicada a fotografias, foram utilizados os trabalhos de Santos (2007), Bernardes (1998) e Indolfo (2007).

Realizou-se uma análise da realidade do Arquivo Central e histórico da UFV a fim de conhecer as atribuições, rotinas e os métodos de trabalho desenvolvidos pela equipe. O trabalho que serviu como base a essa pesquisa é o projeto de extensão, iniciado em 2010, Resgatando a memória – O acervo fotográfico do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa, que tem como objetivo geral recuperar a informação com o auxílio da metodologia arquivística e, posteriormente disseminá-la por meio dos instrumentos de pesquisa, possibilitando assim o acesso da comunidade acadêmica.

Este trabalho também contou com uma pesquisa documental, em que foram utilizadas as fotografias do acervo da UFV como objeto de estudo.

Para coleta dos dados, foram realizadas observações em relação aos documentos textuais e fotografias, como também um questionário (apêndice A) enviado por e-mail aos arquivistas da instituição.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo desta pesquisa, de analisar a relevância da avaliação arquivística no acervo fotográfico da Universidade Federal de Viçosa (UFV), foi alcançado. A gestão de documentos está prevista na Lei 8.159/91 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados no artigo 3º, “Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.

Os documentos produzidos pela UFV são públicos, portanto, devem obedecer aos procedimentos e normas estabelecidos pelo Arquivo Nacional. A avaliação documental, como parte integrante da gestão documental, é uma fase imprescindível ao ciclo documental e tem como produto a tabela de temporalidade de documentos que é “Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos”. (DBTA, 2005, p.159). Segundo Rodrigues (2007, p.9) “Este instrumento é indispensável para administrar eficaz e economicamente o volume documental de um órgão e proteger os conjuntos de valor histórico (permanente)”.

A função arquivística identificação é premissa para a avaliação. Segundo Rodrigues (2007, p.7) a identificação “é um trabalho de investigação e de crítica sobre a gênese do documento”. Por meio dessa função são conhecidas as competências, funções e atividades desempenhadas pelo órgão e sobre a tipologia documental produzida. Sugere-se que antes de proceder à avaliação arquivística do acervo fotográfico da UFV seja efetuada a identificação documental.

O objetivo específico de analisar as possibilidades de avaliação do acervo fotográfico da UFV da forma como se encontra, atualmente, foi atingido. Diante da pesquisa documental com as fotografias, como também com os resultados do projeto de extensão que ainda está em desenvolvimento na instituição, a conclusão é que não há como avaliar as fotografias do acervo do modo como se encontram, é

necessário que algumas funções arquivísticas sejam aplicadas anteriormente a avaliação. Como consequência dessa análise surgiu uma proposta, capítulo 7 deste trabalho, de organização que anteceda a avaliação para as fotografias do acervo da UFV.

Foram identificados dois obstáculos, encontrados atualmente no acervo fotográfico da UFV, que inviabilizam a avaliação documental. São eles: ausência de contexto de produção dos registros fotográficos em relação aos demais documentos do fundo e ausência de tratamento documental fundamentado pela organicidade.

6.1 Ausência de contextualização

Sem o contexto de produção é praticamente impossível entender as razões pelas quais as fotografias foram produzidas. Para que a avaliação documental ocorra de forma segura é preciso associar as fotografias aos demais documentos do fundo. Lopez (2000, p.107) defende que

A contextualização dos documentos de arquivo em suas funções produtoras se impõe não por uma obediência cega aos princípios teóricos da arquivística, mas por uma questão de lógica. Apenas a contextualização é capaz de garantir, ao mesmo tempo, unicidade e organicidade, permitindo identificar e atribuir sentido mais preciso aos documentos e, por extensão à informação ali presente. (LOPEZ, 2007, p. 107)

Um dos motivos da descontextualização das fotografias é o fato de separá-las dos demais documentos do acervo. Esse fato é justificável por questões de preservação do suporte, já que as fotografias tradicionais são compostas de materiais altamente instáveis e necessitam de controle de temperatura e de umidade relativa. Porém, a separação deve ser somente física e não intelectual.

Para que não haja perda de informações, com a separação das fotografias dos documentos textuais, os arquivistas devem trabalhar com remissivas, ou seja, colocar junto aos demais documentos anotações com o endereço da imagem dentro do acervo (número da pasta, número da gaveta, número do armário, etc.).

No caso da instituição pesquisada nesse trabalho (UFV), o arquivo funcionou por muito tempo como um depósito, e não necessariamente como um arquivo

institucional. A documentação foi enviada de forma aleatória, pois, nunca existiu uma política de transferência ou recolhimento de documentos ao arquivo. Conforme Indolfo (2007, p. 46) “as dificuldades encontradas nos processos de avaliação dos documentos são, de uma maneira geral, conseqüências da ausência de tratamento arquivístico a que se encontram submetidos os documentos produzidos e acumulados, tanto nas instituições públicas quanto nas empresas privadas.”

Lopez (2005) faz uma comparação entre o documento textual e o documento imagético descontextualizados.

O documento textual institucional, mesmo dissociado de seu contexto de produção, traz consigo elementos (em maior ou menor evidência) que possibilitam uma reconstituição dessa origem. Nos referimos a informações como a espécie documental (que já traduz por si mesma algumas funções primárias), cabeçalhos de identificação (indicativos do organismo produtor) data, autoria e, sobretudo, um direcionamento direto para sua finalidade. Nos documentos imagéticos de modo geral, essa organicidade só existe à medida que ele mantenha relacionamentos diretos com o organismo produtor e com as atividades para as quais foi produzido. Fora desse contexto, ele se torna um documento vazio. (LOPEZ, 2005, p. 76)

Nas fotografias abaixo, verificam-se atividades realizadas pela Universidade. A fotografia 1 está relacionada a um curso de extensão promovido pela UFV; a fotografia 2 refere-se a colação de grau, atividade final da instituição e a fotografia 3 é uma exposição de milho, atividade de extensão relacionada ao curso de agronomia da UFV. Esses registros devem ser preservados, pois, por meio de exposições e estudos sobre a história administrativa da instituição, é possível reconstruir o contexto de produção.



Fotografia 1 – Curso de piano 1986
Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.



Fotografia 2 – cerimônia de colação de grau 1974
Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.



Fotografia 3 – Exposição de milho 1934.
Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Lopez (2000, p. 92-93) questiona o valor informativo do documento não contextualizado, “o valor informativo não contextualizado torna-se um elemento capaz de identificar apenas a informação do documento, pouco dizendo sobre as atividades que o produziram”. Assim, conforme o supracitado autor, “a organização destes documentos pauta-se pela descrição, muitas vezes exaustiva, do conteúdo informativo puro da imagem”.

O fato de não conhecer a história arquivística de uma fotografia, levou arquivistas e colaboradores da UFV a descrever as fotografias, em sua maioria, pela imagem. As fotografias sem contextualização dentro de um acervo servem para rigorosamente nada. Como colocar palavras-chaves? Apenas usando elementos que aparecem na imagem? Isso pode até acontecer, mas iria restringir tanto a pesquisa como o acesso. Conforme Lacerda (2008, p. 78) “documentos descontextualizados, assim como fontes descontextualizadas, devem se constituir num problema de primeira ordem a arquivistas, historiadores e pesquisadores em geral no desenvolvimento do seu trabalho”.

Em relação ao acesso e a pesquisa feita pelos usuários dos arquivos fotográficos, Lopez (2008, p.1) diz que “não basta disponibilizar imagens e fotografias para o pesquisador se estas não estiverem claramente ligadas ao seu vínculo institucional. A recuperação do contexto de produção — de documentos imagéticos ou não — é uma tarefa indispensável da organização arquivística, capaz de garantir informações fundamentais aos usuários de qualquer documento”.

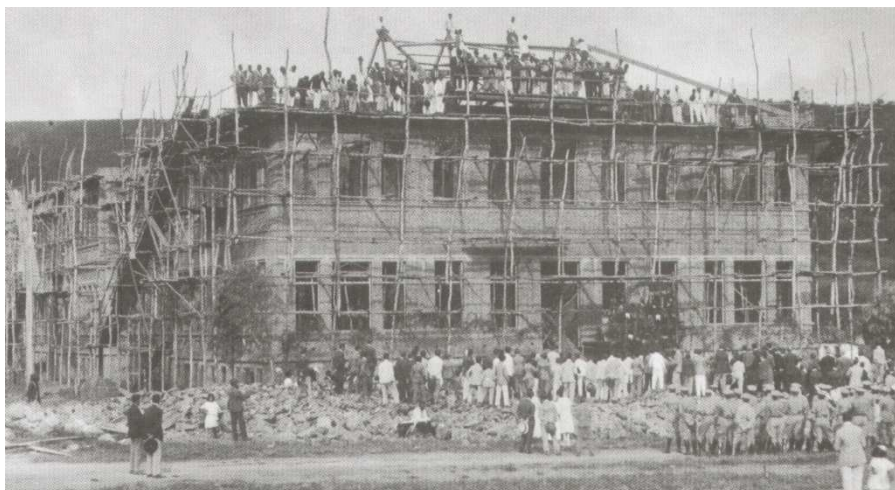
As fotografias encontradas no arquivo da UFV são, em sua maioria, oriundas da Divisão de Assuntos Culturais e da Imprensa Universitária, registram eventos ocorridos na Universidade. Alguns desses eventos estão relacionados a atividades do cotidiano institucional, como: aulas ministradas em laboratórios, obras realizadas no campus universitário, colação de grau, campeonatos esportivos da Liga Universitária Viçosense de Esportes (LUVE) e sobre a Semana do Fazendeiro (atividade de extensão). As fotografias identificadas como recebidas da DAC tem como pano de fundo eventos relacionados a exposição de quadros, peças de teatro, concertos de piano, curso de flauta transversal.

A equipe responsável pelo arquivo vem tentando formas de contextualizar as fotografias com os demais documentos. Uma das tentativas é um projeto, iniciado em 2011, com os jornais denominados *UFV informa*, que é uma publicação mensal sobre eventos, notícias, pesquisas e decisões ocorridos na Universidade. Um dos objetivos de organizar os jornais é exatamente relacionar as notícias, assim como eventos e atividades institucionais com as fotografias.

Outra alternativa encontrada pelos arquivistas está relacionada com depoimentos de profissionais que conhecem a história da documentação. A história oral faz-se imprescindível nesse tipo de trabalho, em que muitas vezes não se consegue obter informações sobre a trajetória das fotografias no acervo.

Os registros fotográficos possuem em seu conteúdo valores informacionais de evidência e de prova, o que pode resultar, a partir da sua gestão, em conhecimento registrado. Esses documentos, uma vez identificados e descritos poderão ser consultados pela comunidade acadêmica.

As fotografias possuem a capacidade de captar detalhes que se fossem passados para um texto escrito, exigiria muito esforço e provavelmente não haveria a extrapolação dos fatos. Exemplo disso pode ser um relatório do andamento de obras. O texto escrito exigiria muito do arquivista ou de quem estivesse descrevendo essa situação, com a fotografia esse esforço é sintetizado pela imagem da obra, como mostra a fotografia 4.



Fotografia 4 – construção de prédio no campus da UFV. Sem data
Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

6.2 ausência de tratamento documental fundamentado na organicidade

O segundo obstáculo para realizar avaliação, encontrado neste trabalho, é ausência de tratamento documental fundamentado na organicidade. Com a análise dos documentos textuais e das fotografias percebeu-se que a documentação sofreu desmembramentos, e conseqüentemente perdeu a ordem original. Atualmente a maioria dos documentos encontrados do arquivo é avulsa, e sem conexão clara com os demais. Com as fotografias não há diferença em relação aos documentos

textuais, elas foram encontradas pela equipe de arquivistas e estagiários sem identificação, sem data limite e sem qualquer informação sobre o produtor arquivístico (fotógrafo).

Conforme a metodologia de organização arquivística, escolhida pela equipe do Arquivo com o projeto de extensão, as fotografias são separadas e agrupadas por eventos, é feito um cruzamento das informações para uma descrição. Essa posição pode ser tendenciosa, pois, a organização das informações arquivísticas abandona a ideia de peças individualizadas, uma vez que a organicidade dará entendimento aos documentos agrupados em séries de acordo com as atividades responsáveis por sua criação. O caráter serial e coletivo dos documentos arquivísticos coloca a série - e não os documentos isolados - como a unidade documental básica. O enfoque do arquivista deve voltar-se para o conjunto do acervo como um todo, não para documentos isolados, permitindo o estabelecimento das séries e das relações lógicas entre elas.

A manutenção da organicidade dos conjuntos documentais é essencial tanto para possibilitar o trabalho com grandes volumes de documentos, como para dotar de sentido arquivístico as peças documentais individualizadas que compõe o todo orgânico.

Já se disse que esta é uma ciência de conjuntos. Realmente, só assim deve ser entendida a Arquivologia: documentos contextualizados no seu meio genético de geração, atuação e acumulação. Ressalte-se com isso a primeira grande especificidade deste objeto essencial da Arquivologia que são os arquivos entendidos como conjuntos: a sua organicidade. No entendimento claro de que arquivo não é coleção e sim acumulação sucessiva, orgânica e natural de documentos que possuem caracteres externos e internos bastante específicos, está a base da compreensão desta área profissional, sobretudo pelos que a ela não pertencem. O princípio da organicidade, aliado ao da unicidade do documento de arquivo e ao da indivisibilidade dos conjuntos documentais, cujos componentes - reitera-se - guardam relações orgânicas entre si, proporciona à Arquivologia seu perfil único e inconfundível, dentre as ciências da informação. (BELLOTTO, 1989, p. 82)

Com o projeto de extensão: resgatando a memória, foi elaborada uma descrição do acervo fotográfico, tomando como referência a imagem, o que é tendencioso, já que, documentos arquivísticos sem contextualização de sua produção o referencial imagem torna-se determinante para um possível entendimento. Com muitas fotografias não foi possível estabelecer o contexto

informativa e nem a organicidade, apenas sabe-se que esses registros estão ligados a uma proveniência que é a própria UFV.

Sobre essa questão, foram montadas exposições com algumas fotografias em lugares estratégicos da UFV, com o intuito de chamar a comunidade para reconhecimento dessas imagens. Recentemente uma exposição com as fotografias foi montada em um shopping da cidade Viçosa, com o objetivo de chamar a atenção da população sobre a importância desses registros. A expectativa criada com essa divulgação é que as pessoas ao se depararem com as fotografias suscitem lembranças da imagem observada. Posteriormente essas lembranças irão para um relatório que tem como objetivo transformar a memória individual em coletiva, propiciando futuros estudos relacionados tanto à cidade de Viçosa como a UFV. Vale ressaltar que a consequência deste trabalho contribuirá para a promoção e divulgação do Arquivo Histórico da UFV.

Conforme questionário (apêndice A) respondido pelos arquivistas da Universidade, quando perguntado sobre o que mais dificulta a avaliação dessas fotografias do arquivo, a resposta é a falta de identificação das fotografias. Analisando-as não há como chegar a uma conclusão de qual atividade da instituição elas representam mesmo reconhecendo o que há na imagem. Com esse projeto as fotografias foram separadas por evento, Lopez (2000, p.224) adverte sobre a descrição por assunto “os sistemas descritivos por assunto só são empregados na classificação documental quando as possibilidades de contextualização se esgotam”.

Mesmo havendo uma interpretação da imagem em si, é preciso recuperar a organicidade (vínculo institucional) do acervo fotográfico como também o contexto de produção, para que o acervo fotográfico não seja organizado e descrito como uma coleção.

Para recuperar a organicidade do acervo da UFV são necessários estudos e pesquisas a respeito das competências administrativas que geraram a documentação. Essa fase dentro dos estudos arquivísticos é conhecida como identificação que permite conhecer e compreender funções, ações e atos determinantes que levaram a produção documental. Essa função é fundamental para a organização de qualquer documentação arquivística independente do tipo de suporte. No acervo fotográfico estudado, na maioria dos registros, os fotógrafos -

que são os produtores arquivísticos - e informações tais como, data, local e identificação da imagem, são desconhecidas.

Segundo Lopez (2000, p.21) “para a organização de unidades danificadas, misturadas e de difícil contextualização, a alternativa encontrada por muitas instituições é formar coleções temáticas de fotografias organizando nos moldes biblioteconômicos.

7 UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO ARQUIVISTICA PARA O ACERVO DA UFV.

O terceiro objetivo específico deste trabalho é propor alternativas de organização para o acervo fotográfico da UFV, de acordo com procedimentos arquivísticos. Assim, para que os arquivistas procedam a avaliação documental, de forma segura, é recomendável a prática de atividades como pré-requisitos ao processo de avaliação, são elas: fazer diagnóstico da situação do acervo, classificação dos documentos (tanto os textuais como as fotografias), análise das condições de armazenamento e estado de conservação das fotografias e a formação da comissão permanente de avaliação de documentos (CPAD).

7.1 Diagnóstico

Antes mesmo de o arquivista propor como deve ser direcionado o tratamento técnico da documentação, é necessário um estudo aprofundado sobre a instituição, conhecer o histórico, a estrutura organizacional e as suas funções.

Conhecer o histórico da instituição é importante por que é por meio dele que o arquivista adquire o conhecimento sobre a origem da instituição, o relacionamento com outras instituições, as leis e regulamentos que a norteiam, as transformações ocorridas desde a sua criação e as praticas organizacionais.

Em relação a avaliação em acervos acumulados, Indolfo (1993, p. 22) aponta que deve ser feito um diagnóstico da situação do acervo, que é

“elaborado com a finalidade de obter dados quanto ao estado de conservação dos documentos, às formas de classificação e arquivamento adotadas originalmente e aos instrumentos de recuperação da informação. A partir desse diagnóstico será possível definir as metodologias a serem utilizadas na avaliação”. (INDOLFO, 1993, p.22)

Lopes, (2009, p. 176) defende um diagnóstico do tipo minimalista, “o minimalismo nessa área do conhecimento consiste na observação dos problemas arquivístico das organizações, no estudo de caso e na procura em construir objetos de pesquisa e propor soluções para os problemas detectados”. Por meio do diagnóstico é possível recuperar a organicidade dos documentos.

7.2 Classificação

Classificação e avaliação são atividades inseparáveis e complementares, existindo certa homogeneidade nas práticas de classificar e avaliar documentos. A classificação dos documentos antecede a avaliação arquivística, ela é importante, pois,

A tarefa da classificação exige o conhecimento da estrutura organizacional da administração produtora dos documentos e das necessidades de utilização dos documentos produzidos por esses administradores. A classificação pressupõe a realização do levantamento da produção documental, atividade que permite conhecer os documentos produzidos pelas unidades administrativas de um órgão no desempenho de suas funções e atividades, e a análise e identificação do conteúdo dos documentos. (INDOLFO, 2007, p. 45)

A classificação deve ser articulada a avaliação, pois, identifica as séries documentais. Lopes (2009, p.322) defende que “ao se classificar, produz-se um primeiro nível avaliativo e descritivo. A identificação de uma série, por exemplo, traz intrinsecamente, um juízo de valor por hierarquizar os conteúdos, evidenciando, ainda que de modo primário e preliminar, as suas importâncias e irrelevâncias, isto é, avaliando”.

7.3 Análise das condições de armazenamento e estado de conservação das fotografias.

Embora a gestão de documentos esteja relacionada de maneira priorizada aos documentos das fases corrente e intermediária, a atividade de avaliação fornece parâmetros concretos na delimitação das fases documentais e, conseqüentemente, explicita aqueles que merecem tratamento diferenciado em relação à sua conservação.

Alguns dados sobre o estado de conservação das fotografias podem prejudicar no momento da avaliação, dentre eles: Rasgos – pedaços rasgados e faltando; Manchas – tintas de canetas, carimbos, outras tintas, gorduras, ferrugens por cliques metálicos, grampos; Furos – feitos por insetos, roedores, furadores, grampeadores; Sujidade – poeira, restos de alimentos, marcas de digitais; Excrementos de animais e insetos – fezes, pêlos; Esmacimento – quando a imagem está perdendo a coloração; Mofo, bolor, excesso de umidade – cheiro forte e manchas de fungos; Ataques de insetos e roedores – furos, roeduras; Cortes - feitos por ação humana com tesoura, estilete; Adesivos e colas e Danos causados por tintas.

Segundo Lobo (1986, p.34) “a deterioração do suporte fotográfico é infinitamente superior e a sua eliminação natural ocorre a todo instante devido problemas de origem química e física tais como: hidrólise, fungos, resíduos e hipossulfito, ferrugem, traças, dentre outros”. O ambiente onde as fotografias estão armazenadas deve ser controlado para conter os processos de deterioração e não propiciar um envelhecimento acelerado dos materiais ali guardados.

Os controles da umidade relativa do ar e da temperatura devem andar juntos e são interdependentes. A alta temperatura provoca e estimula as reações químicas, faz com que os corpos dilatam, facilitando a absorção da umidade existente no ar. No caso da fotografia, a gelatina se expande, amolece, a umidade penetra e a emulsão se desestabiliza e enfraquece, causando manchas, esmaecimentos, rasgos e rupturas às vezes irrecuperáveis.

A fotografia 5 apresenta uma mancha clara na parte inferior e a imagem já está perdendo a coloração. Já na fotografia 6 há manchas amarelas na parte posterior e superior, que podem ter como causa a ferrugem ou uso de tintas.



Fotografia 5 – Laboratório de botânica agrícola 1928
Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.



Fotografia 6 – laboratório de bacteriologia e parasitologia 1939
Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

O trabalho de preservação é feito com os suportes, porém ela acontece em função do seu uso e conteúdo intelectual. A função, hoje, primordial dos arquivos é dar acesso a informação, mas isso só será possível com estratégias de preservação.

A história da fotografia tem utilizado diversos materiais que servem de suporte para a imagem, tais como, papel, vidro, plásticos, metais, cerâmica e madeira. Além da fragilidade da maior parte destes suportes, as outras camadas da fotografia também apresentam um alto grau de deterioração. Estas camadas são formadas por substâncias orgânicas que não apenas sofrem reações químicas como possibilitam a proliferação de microorganismos, assim como atraem insetos. A substância, atualmente, formadora da imagem - prata metálica é submetida a banhos, no processamento, que provocarão reações químicas, alterações na sua constituição e, conseqüentemente, afetarão a durabilidade da imagem. (SILVA, 1998, p. 53)

7.4 Formação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD)

Para a implantação do processo de avaliação de documentos é necessária a constituição formal da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, que garanta legitimidade e autoridade à equipe responsável. O embasamento legal para criação da comissão está previsto no artigo 5º da Resolução n. 7 do Conselho Nacional de Arquivos, e também de acordo com o art. 18 do Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002,

Em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal será constituída Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, que terá a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor.

A comissão de avaliação deverá ser composta por profissionais com conhecimentos das funções, atividades e estrutura organizacional do respectivo órgão. Entre suas atribuições, destaca-se a elaboração de tabela de temporalidade de documentos, cuja realização se dá por meio do mapeamento e análise da produção documental, o que possibilita determinar os prazos de guarda e a destinação final para cada tipo de documento, seja para eliminação ou para guarda permanente

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acervo fotográfico da Universidade Federal de Viçosa apresenta possibilidades de utilização para a instituição. Podem servir como memória institucional, transmissor de experiência, simultaneamente seguro e dúbio, como também podem proporcionar aos pesquisadores a possibilidade de perceber o recorte de um momento do passado.

Por meio das observações feitas no ambiente estudado, percebeu-se, não somente em virtude da maneira como as fotografias foram encontradas como também diante de relatos de outros servidores – a história oral faz-se necessária nesse tipo de trabalho com fotografias, pois, os antigos servidores, professores e alunos podem ajudar na identificação desses registros - que em gestões passadas, o acervo fotográfico pode ter sido negligenciado nas operações institucionais de tratamento documental.

Diante disso, para aplicar a avaliação ao acervo fotográfico da UFV é preciso reconstruir a história administrativa e relacioná-la a história de produção arquivística desses registros fotográficos. É preciso entender primeiramente o produtor das fotografias para que num segundo momento haja a compreensão da informação. As fotografias, que compõem o acervo da Universidade, quando relacionadas aos documentos textuais, podem ser importantes chaves para o entendimento do contexto de produção da documentação. A avaliação de documentos, é uma atividade essencial para o ciclo vital dos documentos, define quais documentos serão preservados para fins administrativos ou de pesquisa e quando poderão ser eliminados.

Diante dos dados coletados, foram detectados dois obstáculos, enfrentados pelos profissionais que lidam com o acervo fotográfico da UFV, para realizar a avaliação documental. Para proceder a uma avaliação segura é necessário determinar o contexto ou a procedência de todo grupo de fotografias. O contexto de produção é o único capaz de aproximar a documentação de seus sentidos mais originais, ele liga-se as condições institucionais sob as quais o documento foi produzido. É preciso indicar quem o criou, onde e quando isso se deu, por que o documento foi produzido e como ocorreu esse processo. A compreensão do

contexto de produção é imprescindível para que se possa perceber o que o documento pretende provar, ou seja, por que deve ser preservado no arquivo.

Outro obstáculo detectado foi ausência de tratamento documental norteado pela organicidade. A fim de restabelecer a organicidade desta documentação, faz-se necessário um levantamento das funções e atividades realizadas pelo departamento ou seção que acumulou ou produziu as imagens, se possível a recuperação de organogramas. Esses estudos têm como objetivo de entender os motivos da produção fotográfica realizada no período.

Por meio dessa pesquisa foi possível perceber que para proceder a avaliação do acervo fotográfico é necessária uma análise criteriosa do fundo da instituição, pois, a incapacidade de determinar quem as criou, por que, ou como foram empregadas, diminui consideravelmente o valor de arquivo desses registros, mas, não justifica a eliminação imediata.

Alguns procedimentos devem ser executados, a fim de, minimizar os riscos de proceder a uma avaliação equivocada. Foi elaborada uma proposta para organização das fotografias, que deve anteceder a avaliação, contendo funções arquivísticas de fazer diagnóstico da situação do acervo, classificar os documentos (tanto os textuais como as fotografias), analisar as condições de armazenamento e estado de conservação das fotografias e a criar a comissão permanente de avaliação de documentos (CPAD).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; MURGUIA, Eduardo Ismael. **A descrição de documentos fotográficos através da isad (g) e aacr2: aproximações e diferenças.** **Biblos:** Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 24, n.2, p.25-41, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.biblos.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/viewFile/1653/1016>> acesso em 24 maio. 2011

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. (D.B.T.A.) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações técnicas, nº 51)

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivologia: objetivos e objetos.** *Arquivo: boletim histórico e informativo*, v.10, n.2, p. 81-83, 1989. Disponível em: <<http://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/arquivologiaobjetivosobjeto.pdf>> acesso em 01 agos. 2011

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo.** São Paulo: AAB/SP, 1998. (projeto como fazer, 1).

BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 09 jan. 1991, e pub. ret. em 28 jan. 1991 Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=11&inoid=100&sid=52>> acesso em 8 nov. 2011

_____. Decreto n. 4073, de 3 de janeiro de 2003. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 jan. 2002. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm> acesso em 8 nov. 2011

BRITO, Luciana Souza de. **Histórias e memórias institucionais a partir do acervo fotográfico do centro universitário Franciscano (1955 – 1980).** 2010. 256 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2010.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. Autonomia universitária. In. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, c2000. 205 p

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução n. 7, de 20 de maio de 1997. Dispõe sobre os procedimentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Público. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 maio. 1997. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=58&sid=46>> acesso em 08 nov. 2011

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos como provas de ação**. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994, pag. 49-64

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. *Arquivística. net*. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 28-60, jul./dez.2007. Disponível em: <www.arquivistica.net > acesso em 2 nov. 2011

____; et alli. **Gestão de documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. (Série Publicações Técnicas, n.47).

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. *Ci. Inf.*, Brasília, v.25, n.2, p.209-216, maio/agosto 1996.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2 ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

LACERDA, Aline Lopes de. **Fotografia e valor documentário: o arquivo de Carlos Chagas**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2009, vol.16, supl.1, pag. 115-138. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-59702009000500007&lng=en&nrm=iso&tlng=en> acesso em 29 jun. 2010

____, **A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da fundação Rockefeller durante o combate a febre amarela no Brasil**. 2008. 258 f. Tese (doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOBO, Lucia Lahmeyer. Avaliação e seleção de fotografias. **Arquivo & administração**. V.10-14 N.1 – abril de 82 a agosto de 86. Rio de Janeiro: Associação dos arquivistas brasileiros.

LOPES, Luis Carlos. **Arquivópolis: uma utopia pós-moderna**. *Ciência da informação*, Brasília, v.22, n.1, p.41-43, jan./abr. 1993.

____. LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2.ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona. **As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos**. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, São Paulo, 2000.

____. **Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia**. Gragoatá: Revista do Programa em Pós-Graduação em Letras. Niterói: UFF, n. 15, Acervos literários, p. 69- 82, 2º sem. 2003.

____. **Utilização de documentos imagéticos na pesquisa em história**. In: MORELLI, Ailton José (org). Introdução ao estudo da história. Maringá: Eduem, 2005, p. 71 – 78 (Coleção Formação de professores – EAD, nº 27).

____. **O contexto arquivístico como diretriz para a gestão documental de materiais fotográficos de arquivo**. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/303>>

MADIO, Telma Campanha de Carvalho; LOPES, Mariângela Spotti. **Importância da gênese documental para identificação de acervos fotográficos**. (2008) 251-261. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/2244/2005>> acesso em 01 agos. 2011.

MAKHLOUF, Basma; CAVALCANTE, Lídia Eugenia. **Avaliação Arquivística: bases teóricas, estratégias de aplicação e instrumentação**. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 26, 2º sem.2008

MOSCIARO, Clara. **Diagnóstico de conservação em coleções fotográficas**. Rio de Janeiro: Funarte, 2009. (Cadernos Técnicos nº 6). Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/preservacaofotografica/wpcontent/uploads/2010/11/cad6_port.pdf> acesso em 28 jul. 2011

PAES, Marilena Leite. A importância da gestão de documentos para os serviços públicos federais. Arq. & Adm., Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-57, jan./jun. 1998.

RODRIGUES, Ana Célia. Gestão de documentos: uma abordagem conceitual. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Disponível em <http://www.ejef.tjmg.jus.br/home/files/publicacoes/gest_arqui/palestra_ana_celia_rodrigues.pdf> acesso em 02 nov. 2011

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. **Análise e tematização da imagem fotográfica**. Ci. Inf., Brasília, v. 36, n. 3, p. 67-76, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n3/v36n3a08.pdf>> acesso em 04 jul. 2011

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. FAETEC/IST. Paracambi 2007. Disponível em: <http://www.ebras.bio.br/autor/aulas/metodologia_cientifica.pdf> acesso em 28 jun. 2010.

ROTHEN, José Carlos. **A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931**. Revista Brasileira de História da Educação. Editora: Autores Associados – Campinas-SP maio/agosto 2008 n. 17. pág. 141-160 Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE17.pdf> > acesso em: 01 out. 2010.

SALLES, Felipe. **Apostila de fotografia**. Disponível em: <[http://www.fotoamigos.com.br/home/downloads/Apostila de Fotografia Filipe Salles.pdf](http://www.fotoamigos.com.br/home/downloads/Apostila_de_Fotografia_Filipe_Salles.pdf)> acesso em 25 jul. 2011.

SAMPAIO, Anita Lapa Borges de. **Autonomia universitária: Um modelo de interpretação e aplicação do art. 207 da constituição federal**. Brasília, 1997. 242f

SANTOS, Vanderlei Batista dos. (Org.). **A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento**. In: *Arquivística temas contemporâneos*. Brasília, D.F: SENAC, 2007.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SILVA, Edna Lúcia da. ; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed.rev. atual**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p. Disponível em: <<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2010.

SILVA, Sérgio Conde de Abilte. **Preservação nos arquivos e na arquivologia**. In: **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: UFF-IBICT 2008. 442 f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – UFF-IBICT, 2008.

SILVA, Maria Leonilda R. da. A imagem na Arquivologia e na História **Arquivo & administração**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 47-55, jul./dez. 1998. Disponível em:

<<http://www.aab.org.br/digitalizacao/revistas/V1N21998.pdf#page=47>> acesso em 08 jun. 2011

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico.** In: *Arquivística temas contemporâneos*. Brasília, D.F: SENAC, 2007.

____. **Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação.** In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

____. **O arquivo e a gestão da informação.** In: FORUM PARAIBANO DE ARQUIVOLOGIA, 1., 2007, João Pessoa [Anais...]. João Pessoa, UEPB, 2007.

Apêndice A - questionário

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

1. Nome completo da Instituição, Localização (endereço completo), Telefone e e-mail:

Universidade Federal de Viçosa. Avenida Peter Henry Rolfs, s/nº Campus Universitário – Vila Giannetti, casa 10 - Viçosa – MG. CEP: 36570-000. 31-3899-2657 (Arquivo Central e Histórico). dhi@ufv.br / eduardo.santos@ufv.br / monica.goncalves@ufv.br

2. O arquivo possui um acervo fotográfico?

Sim. A instituição possui vários setores com acervos fotográficos.

3. Nome do setor/seção em que se localiza o acervo:

O acervo que temos contato e trabalhamos dia-dia, é subordinado ao Departamento de História, depositado dentro do Arquivo Central e Histórico.

4. Características do Acervo:

a) *Quantidade de fotografias:* Aproximadamente 2500.

b) *Período retratado:* De 1940 a 1990.

c) *P&B ou coloridas?* Fotografias em preto e branco e também colorida.

d) *O que foi mais registrado/retratado na instituição?* Assuntos sobre eventos acontecidos na instituição desde a década de 40 até os anos 90. Algumas sem sentido algum. Estão até razoavelmente em um estado bom de preservação se, comparado com outros acervos da UFV.

e) *As fotografias estão organizadas, descritas ou digitalizadas?* No momento estamos em andamento com um projeto de higienização, identificação, indexação e digitalização dessas fotografias.

f) *As fotografias, em sua maioria, são analógicas ou digitais?*

Analógicas.

5. A instituição tem arquivistas em seu quadro funcional? Sim.

6. Caso tenha arquivistas, quantos são? São quatro, sendo que três no campus Viçosa mais um no campus Florestal.

7. A instituição possui um programa de avaliação documental? Não.

8. Caso tenha esse programa, existe uma comissão de avaliação de documentos? Não.

9. Existe um tratamento técnico específico para com as fotografias?

Muito rudimentar, mas existe. Se higieniza as fotografias com pó de borracha ou algodão; junta-as por eventos, fazendo um cruzamento das informações; acomodação em papel de PH neutro e armazenamento em pastas suspensas; arquivamento em arquivos de ferro; feitura de uma lista topográfica.

10. As fotografias passam pelo processo de avaliação documental?

Não.

11. Como é pensada a relação entre a imagem a ser analisada e o texto escrito, resultante do processo?

A imagem em si é analisada de forma que possamos descobrir se há um conjunto para ela. Se ela faz parte de um todo. Daí, o texto (evento) do qual alocamos a fotografia, não se refere a somente ela e sim, ao conjunto de fotografias em que ela está inserida.

12. Em sua opinião, o que o usuário, que busca informações num acervo fotográfico, espera encontrar quando faz uma pesquisa?

O pesquisador de fotografias, é bastante exigente e, se decepciona quando não encontra os documentos que deseja pesquisar e mais um pouco, não somente aquele assunto que precisa. Talvez devido o visual, o glamour que a imagem cria e transmite, o consulente espera encontrar o suporte de forma impecável, bem preservado.

Segue algumas opiniões de pesquisadores do Arquivo Central e Histórico:

Bárbara Figueiredo Souto: *“Na minha opinião, o usuário espera encontrar um acervo fotográfico organizado e com o ambiente suficiente para a realização de sua pesquisa. Além disso, o usuário busca encontrar uma variedade significativa de fotos, que permita a realização de um bom trabalho”.*

Gilson Potsch Magalhães: *“Desculpe-me, mas a resposta é tão trivial quanto a pergunta. Espera encontrar aquilo que procura e, quando não acha, acaba desiludido e parte em busca de outras fontes”.*

13. Em sua opinião, o que mais dificulta a avaliação dessas fotografias do arquivo?

Primeiramente a falta de identificação das fotografias. Há muitas das quais analisamos e não conseguimos chegar a uma conclusão do que elas representam (evento) apesar de reconhecer o que há na imagem. Como avaliar o que não se conhece? E quem realmente poderia ajudar, não está mais na instituição e nem em Viçosa.

Em segundo lugar, a falta de conhecimento de técnicas no tratamento de fotografias, por exemplo: descobri em 2010 que, duplicata é uma coisa e cópia é outra; uma pode ser eliminada e a outra não? Cópia não pode ser eliminada e sim a duplicata por ser idêntica.